

I Conferência de Políticas para Mulheres

O desafio de superar a divisão nas políticas públicas

Desde o início do século passado, quando se consolidam as políticas sociais na Europa, articula-se o debate e as lutas sociais em torno da relação entre política econômica e política social. Duas principais tendências marcaram estes anos.

Uma primeira, de caráter conservador, confere autonomia à política econômica, reduzindo os investimentos em políticas sociais à sua dimensão contábil e subordinando-os à lógica da política econômica.

Uma outra tendência afirma que políticas públicas são indissociáveis e que ambas, políticas econômicas e sociais, devem estar a serviço do bem-estar e da justiça social, distribuindo renda, gerando postos de trabalho remunerado, assegurando proteção e seguridade social, garantindo serviços, públicos e gratuitos de qualidade com acesso universal para todas as pessoas. No marco da economia capitalista esta proposição progressista construiu a base do Estado de Bem-Estar. No Brasil, as proposições que mais avançaram nesta direção foram aquelas inscritas pelas forças democráticas na Constituinte de 88, em que pese a resistência do "centrão", o grupo que articulou a direita naquela ocasião.

O contexto pós-Constituinte foi de crescente conservadorismo, com hegemonia da orientação neoliberal nas políticas públicas. No marco da I CNPM, vale nos posicionarmos a esse respeito. As políticas para mulheres são parte das políticas sociais: é possível pensá-las dissociado das políticas econômicas? A nós parece que é necessário um debate amplo, compreendendo políticas públicas como políticas econômicas e sociais.

PPA

Menos recursos para políticas sociais

A Comissão Mista do Orçamento aprovou, dia 01 deste mês, o Plano Plurianual com meta de superávit primário de 4,25% até 2007. Isto significa menos recursos para políticas sociais. Segundo nota divulgada pela Secretaria Executiva do Fórum Brasil de Orçamento, o valor estimado para o superávit este ano é R\$ 72 bilhões, enquanto a Lei de Orçamento Anual definiu R\$ 33 bilhões para Saúde e R\$ 13,8 bi para Educação.

Segundo o relator da Comissão, deputado Sibá Machado, a meta de 4,25% "é sinal da alta responsabilidade do país com as relações internacionais". O relatório aprovado substituiu o do senador Saturnino Braga (PT-RJ), que estabelecia uma redução gradual na meta do superávit primário – até 3,75% do PIB em 2007. Os destaques apresentados ao texto serão apreciados hoje, dia 6, na reunião da Comissão.

Direitos Humanos e Orientação Sexual

Numa iniciativa conjunta dos regionais do Rio de Janeiro da Rede Feminista de Saúde e da Liga Brasileiras de Lésbicas, será realizado, no próximo dia 15 de abril, o Seminário "Agenda Feminista dos Direitos Humanos e Orientação Sexual". O Seminário pretende discutir estratégias para inclusão da temática dos direitos sexuais no processo da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que acontece em julho próximo, em Brasília.

Segundo Cláudia Bonan, coordenadora da Regional da RFS, a idéia é estabelecer um diálogo de empoderamento entre diferentes grupos de mulheres a partir da I Conferência Municipal das Mulheres da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, foram convidadas algumas feministas que darão início ao diálogo focando direitos humanos, orientação sexual e vivência lésbica; Plataforma Feminista e direitos sexuais.

Entre as palestrantes estão: Sílvia Ramos, do CESEC; Neusa das Dores Pereira, do CEDOICOM; Rosângela Castro, do Grupo Felipa de Sousa, além de Cláudia Bonan / CACES/RFS e uma representante do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Mais informações com: Claudia Machado, Liga Brasileira de Lésbicas / Regional Rio de Janeiro Telefax. (21) 2517-3290 e-mail: lbl_rj@ig.com.br .

Novo sujeito político no Movimento de Mulheres

Construído no decorrer dos anos recentes de lutas das mulheres rurais, foi oficialmente fundado no último 8 de Março o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o mais novo sujeito político no movimento de mulheres rurais brasileiro. Na data, foi lançada a carta do Movimento, onde é afirmada a necessária autonomia dos movimentos de mulheres rurais, "acreditando na força das mulheres" e na importância de "um espaço próprio de luta".

Para contato com a Secretaria Nacional do MMC, localizada em Passo Fundo (RS), o e-mail secretaria@mmcbrazil.com.br ou o telefone (54) 312 9683. A Secretaria pode informar os contatos do MMC nos estados em que já está se organizando: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Combatendo a violência que atinge mulheres

Depois de 16 meses do feminicídio que atingiu a região do Cariri, no estado do Ceará, finalmente foi dado início aos trabalhos de apuração da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Os crimes provocaram a morte de nove mulheres e aconteceram entre maio de 2001 e dezembro de 2002, nos municípios cearenses de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo, Missão Velha e Araripe. De acordo com informações divulgadas pela Comissão, as mortes visaram "queima de arquivo", por conta das informações que as mulheres detinham sobre um "Escritório do Crime" que atua na região do Cariri fazendo roubo de cargas, tráfico de drogas e outros crimes.

O Estado ainda não ofereceu nenhuma forma de proteção aos familiares e testemunhas dos crimes, o que deverá ser solicitado imediatamente pela Comissão Especial, cuja presença foi solicitada pelas deputadas estaduais do Ceará Luizianne Lins e Íris Tavares. A Comissão tem entre seus integrantes o Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Mário Mamede.

A visita da Comissão à região do Cariri foi precedida de uma agenda de audiências com a Procuradora Geral de Justiça do Ceará, Socorro França; com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, João Brangel; e com o governador Lúcio Alcântara. (Fonte: www.adital.org.br).

Violência Doméstica

Na perspectiva de coibir a violência doméstica contra a mulher foi instituído pelo Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial.

O grupo será coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e deverá apresentar entre 60 e 90 dias proposta de medida legislativa e outros instrumentos. A íntegra do decreto pode ser acessada no site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5030.htm. (Fonte: De Olho em Brasília nº 156, da Abong).

Mulheres Rurais e Conjuntura Política

Este foi o tema da mesa de debate entre representantes de movimentos de mulheres e mistos durante o Seminário Estadual "Conjuntura Política e o Impacto na Vida das Trabalhadoras Rurais", promovido pelo ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria, de 31 de março a 02 de abril, em Fortaleza. Participaram da mesa: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/NE, o Movimento de Mulheres Camponesas, a Marcha Mundial de Mulheres, a AMB, o MST e a Contag.

CONtextos - Anexamos a esta edição a carta política difundida pelo espaço Inter-redes recentemente, cujo título é "PPA e a construção coletiva da participação social". O documento trata dos acordos firmados pelo Executivo com as organizações da sociedade civil durante o processo de debate sobre o Plano Plurianual nos estados. Além disso, analisa a questão da desigualdade presente no PPA e o impacto do superávit primário nas políticas sociais.

Mulher e Política – Eleições 2004

Duas iniciativas pautaram este tema no Poder Legislativo, no final de março. Na Câmara de Deputados/as, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), assumiu o compromisso de promover campanhas na mídia para estimular a participação das mulheres nas eleições municipais deste ano e ampliar a divulgação da quota mínima de 30% das candidaturas reservadas às mulheres. O anúncio foi feito na audiência da ministra com a Comissão Especial da Mulher da Câmara, dia 30 de março.

Videoconferência

No dia 31 de março, o Senado promoveu sua primeira videoconferência focando mulher e política, tendo a professora Elizabeth Nasser (UFRN / Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte) como uma das palestrantes. O evento foi interativo, voltado para todas as Assembléias Legislativas do país e tratou da questão: "A participação das mulheres pode alterar significativamente o jeito de se fazer política entre nós?". Além de Elizabeth, participaram Eva Blay, da USP, Lúcia Mercês Avelar, Diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.